

Multinacionais defendem o 'fim da discriminação'

BRASÍLIA — Representando 68 empresas multinacionais, o Diretor Presidente da Siemens S.A., Hermann H. Wever; o Vice-Presidente da General Electric, Nahid Chicani; e o Vice-presidente da Phillip Morris, Antônio Teixeira da Silva, defenderam ontem, junto ao Presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães — em reunião patrocinada pelo Deputado Cunha Bueno (PDS-SP) —, "o fim da discriminação entre as várias empresas brasileiras, em função da origem de seu capital". A diferença estaria configurada, segundo eles, no artigo 177 do projeto de Constituição, que define a preferência para as empresas de capital nacional, na aquisição de bens e serviços pelo Poder Público.

Wever, da Siemens, esclareceu que seu grupo pretende trabalhar contra este dispositivo, em contato pessoal com os constituintes, mas sem participar de campanhas publicitárias na mídia impressa ou na televisão. Uma hora após a saída dos visitantes de sua casa, Ulysses afirmou, em entrevista, que considera válida a iniciativa dos empresários, mas não adiantou a sua posição sobre a reivindicação apresentada:

— Estamos abertos a receber sugestões daqueles que procuram o Presidente da Constituinte por meios dignos e corretos, porque as decisões serão tomadas livremente, imparcialmente, no interesse da Nação. Vamos ver as suas emendas e justificativas e



Wever (com a pasta) dá entrevista na entrada da casa de Ulysses

conversar com os setores especializados, além debater com as lideranças.

No encontro com Ulysses, o Presidente da Siemens também falou sobre a importância do capital estrangeiro na economia brasileira, e mencionou um trabalho sobre o assunto, que o grupo de 68 multinacionais apresentou há um ano e meio, na Fiesp. Sobre a campanha de US\$ 2 milhões anunciada esta semana, ele foi taxativo:

— Este é um assunto que não nos diz respeito. Estas 68 empresas reunidas na Fiesp não tive-

ram, não têm e não planejam ter nenhum orçamento que vise uma campanha de mídia, a fim de esclarecer este ponto. O nosso trabalho é feito pessoalmente com os constituintes, no sentido de esclarecer suas dúvidas sobre a participação do capital estrangeiro.

Wever afirmou que a campanha dos US\$ 2 milhões foi lançada por um grupo independente, que não foi constituído dentro da Fiesp. Mas não criticou a iniciativa:

— Outras campanhas já foram feitas na televisão, algumas até

mais caras do que esta. Não vemos nada de errado ou ilegal. O que houve foi uma confusão muito grande, principalmente pelas cifras em dólares, que dão uma conotação não muito agradável. Não agimos da mesma forma, apenas porque preferimos o contato pessoal.

Ao defender a supressão parcial do parágrafo segundo do artigo 177, Hermann Wever explicou a Ulysses que o dispositivo criaria uma discriminação muito grande não só entre as empresas, mas também entre os seus trabalhadores:

— Seria como criar dentro do País dois tipos de trabalhadores: aqueles que estão nas empresas brasileiras de capital estrangeiro e aqueles que estão nas empresas brasileiras de capital nacional e que serão os preferidos.

Após a reunião, o grupo de empresários divulgou uma nota, com as três consequências imediatas, em sua opinião, da manutenção do artigo 177: a desistência de algumas empresas no que diz respeito às suas atividades no Brasil; a suspensão de investimentos vultosos destinados à constante modernização tecnológica das demais — acarretando o seu desaparecimento gradativo —; e o aumento de custos e possível diminuição da qualidade tecnológica dos bens e serviços adquiridos pelo Poder Público, em face da redução de empresas ofertantes.

Ulysses considera legítimas as pressões

BRASÍLIA — Ao analisar ontem o lobby de multinacionais na Constituinte, o Presidente Ulysses Guimarães disse que "as pressões pela força do dinheiro são inaceitáveis", mas não condena a divulgação de campanhas publicitárias de esclarecimento.

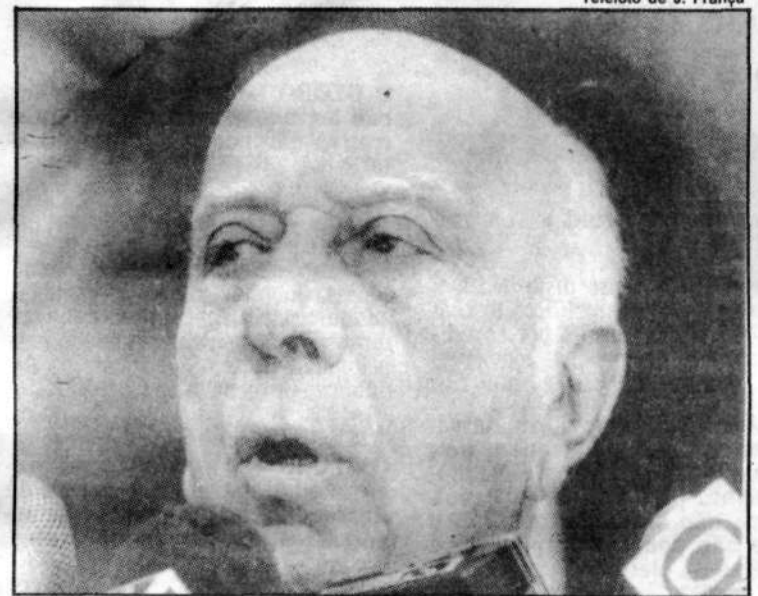
— Não é em função de campanhas que a Constituinte vai decidir. E o direito de manifestação, inclusive pela Constituinte, é livre — afirmou.

Indagado sobre a notícia de que essas empresas gastarão US\$ 2 milhões (cerca de CZ\$ 410 milhões) na campanha de convencimentos dos constituintes, Ulysses respondeu que "o Congresso é imune a isso":

— Já fui Presidente da Câmara diversas vezes e repito que as decisões do Congresso nunca foram interpretadas como incorretas. Ao contrário, às vezes fazem críticas de que o Congresso é nacionalista demais.

Ulysses não considera a campanha um desrespeito à Constituinte, mas advertiu:

— Não sei se vão fazer esta campanha e não sei o efeito que ela poderia ter. Agora, se vão fazê-la, que o façam por meios que



Ulysses diz que Constituinte não será influenciada por campanhas

possam fazer. Se fizerem mal feita, ela terá a reprovação da Nação e da própria Constituinte.

Quanto às decisões da Constituinte classificadas pelo empresário como excessivamente nacionalistas, o Deputado afirmou que "todas as soluções tomadas visam

ao interesse da Nação". Admitiu, porém, que existam algumas falhas.

— Pode haver alguma imprecisão, incorreção ou lacuna. Mas é para isso que existe o segundo turno. O projeto de Constituição não é intocável — concluiu.

Participação no PIB é de 26%

BRASÍLIA — No documento "A importância das empresas brasileiras de capital estrangeiro para o desenvolvimento nacional", entregue pelos diretores de empresas multinacionais que atuam no Brasil ao Presidente da Constituinte, Deputado Ulysses Guimarães, constam os seguintes dados:

● Elas participam com 26 por cento do Produto Interno Bruto (PIB).

● Proporcionam 19 por cento dos empregos industriais, gerando um milhão de empregos diretos e mais três milhões de empregos indiretos.

● São responsáveis por 35 por cento dos impostos arrecadados no setor industrial.

● Participam com 28 por cento das exportações de manufaturados.

● Em 1986, remeteram para o exterior apenas US\$ 1,3

milhões de dólares em dividendos, royalties e repatriação de capital — 6 por cento do capital investido no País —, enquanto o Governo foi responsável pela remessa de US\$ 10 bilhões, para pagamento dos juros da dívida externa.

ARTIGO POLÊMICO

Suprimir ou não, a causa da discussão

BRASÍLIA — Para acabar com a discriminação às multinacionais, os empresários pretendem suprimir a expressão "de capital nacional" do parágrafo segundo do artigo 177 da futura Constituição. A megra do artigo é a seguinte: "Na aquisição de bens e serviços, o Poder Público dará tratamento preferencial à empresa brasileira de capital nacional".

● **PROTESTO** — A Frente Parlamentar Nacionalista distribuiu ontem nota protestando contra a atuação das multinacionais na Constituinte e cobrando do seu Presidente, Ulysses Guimarães, a apuração de denúncias sobre o lobby das empresas que visam a suprimir artigos que consideram prejudicial à economia brasileira. A Câmara das Empresas Brasileiras de Capital Nacional assinará, com a Frente Parlamentar Nacionalista, um protesto formal a ser encaminhado ao Governo.

Na página 38, multinacionais avaliam o seu futuro a partir da Constituinte